

Coluna do Castello

Perde Ulysses mas ninguém ganha

Razões de Estado" aconselhavam a aprovação da emenda do deputado João Agripino Neto ao Ato das Disposições Transitórias determinando que, por indicação, em convenção nacional, do partido pelo qual foi eleito o atual presidente da República (o PMDB), o Congresso, 45 dias depois da promulgação da nova Carta, eleja um vice-presidente. Esse é o principal argumento com o qual o deputado Israel Pinheiro Filho tem aliciado apoio para uma idéia ainda não de todo assimilada pelas lideranças políticas. Entende o representante mineiro que não pode, em tese, ser excluída a hipótese da vacância da chefia do governo, por renúncia ou morte, a qual, se ocorrer, deixaria o país à mercê de uma emergência. Dentro de 30 dias teria de ser eleito pelo voto direto o novo presidente da República. O país não estaria preparado para tanto. Subemenda diz que, se parlamentar o vice-presidente eleito, não perderá o mandato legislativo.



Ouvido por Israel, o sr Ulysses Guimarães preferiu não se pronunciar sobre a matéria. Não desejaria ser apontado como postulante de um outro cargo, desde que sua aspiração é concorrer por seu partido a presidente da República na sucessão do sr José Sarney. Embora a vice-presidência não gerasse incompatibilidade, se a aceitasse estaria comprometendo seu prestígio junto aos quadros políticos e à opinião pública, perante os quais seria apresentado como um político sedento de posições. O drama pessoal do presidente da Constituinte está na compatibilização da sua aspiração com a realidade política e partidária que se transforma dia a dia.

A criação do novo partido, no qual embarcam lideranças que se aglutinariam normalmente em torno da candidatura Ulysses Guimarães, reduz os quadros e o horizonte do PMDB, enfraquecendo o candidato desse partido numa disputa contra os srs Leonel Brizola e Jânio Quadros, tidos como candidatos inevitáveis em função da inexistência de lideranças com apelo popular em decorrência do prolongado bloqueio imposto pelo regime militar. O novo partido, reduzindo as chances do presidente do PMDB de disputar bem contra esses dois candidatos de forte apelo popular, não teria por sua vez condições de viabilizar sua pretensão de ter ele próprio candidato viável à sucessão presidencial de 1989.

Reluzindo com suas três ou quatro estrelas de primeira grandeza, a agremiação que se oficializa neste momento não dispõe de estrutura partidária capaz de amparar a

campanha de um de seus valorosos nomes ao Palácio do Planalto. É verdade que o sr Leonel Brizola se elegeu governador do Rio de Janeiro sem ter atrás de si um partido. O PDT era então apenas uma proposta de partido. Também o sr Jânio Quadros elegeu-se governador de São Paulo sob a legenda do pequeno PDC e com o apoio do mínimo PTN. Já para a Presidência da República ele teve a cobertura da UDN, na época o segundo partido em tamanho, votos e prestígio, e o apoio dos governadores de São Paulo, Bahia e outros Estados menores.

É verdade que o novo partido conta com sólida representação parlamentar, bastante inferior em número todavia à do PMDB e à do PFL. Mas se o sr Franco Montoro é especialista em mobilização eleitoral desde que tenha uma infra-estrutura partidária (ele teve votação inexpressiva quando se candidatou pelo PDC a governador do seu Estado) e os srs Mário Covas e Fernando Henrique disponham de prestígio que transcende a esfera partidária, pois se identificaram com aspirações correntes nas elites brasileiras, nenhum deles está provado na capacidade de mobilizar massas independentemente de base de um grande partido. As grandes votações que obtiveram em São Paulo traduziram mobilização nacional e estadual contra um regime. Era uma aliança povo-elite dificilmente renovável.

Se a cisão no PMDB poderá significar um golpe mortal na candidatura do sr Ulysses Guimarães, não parece provável que ela passe a interpretar o universo político que está a compartilhar com o PMDB e outros partidos de esquerda. Parcelas consideráveis do centro-esquerda permanecem na agremiação que deverá manter-se sobre os ombros de numerosos governadores. Não é certo que alguns deles sigam o caminho dos senadores dissidentes e, mesmo que venham a abandonar a legenda pela qual se elegeram, examinam outras opções. Esse seria, por exemplo, o caso do governador Waldir Pires, que não excluiria a hipótese de uma convergência com o brizolismo, com o qual mantém laços que remontam aos dias anteriores a 1964.

O novo partido por sua vez não tem a nitidez ideológica (nem mesmo oposicionista) que pretendeu ter. Se ele aglutina parte da esquerda que prosperou à sombra do regime militar, não se pode dizer que haja precisão ideológica nos remanescentes do PDC, como os srs Franco Montoro e José Richa, e nos antigos udenistas, como os srs Afonso Arinos e Sandra Cavalcanti, sem falar nos que subiram à tona do processo político como massa de manobra do sistema cujos resíduos se propõe a eliminar.

Nove anos cansam

Com nove anos e meio de exercício de secretarias de governo do Distrito Federal, o sr José Carlos Mello jogou a toalha e entregou carta ao governador José Aparecido pedindo demissão da Secretaria de Serviços Públicos. Anteriormente fora ele secretário do Governo e secretário de Viação e Obras. Mello disse que aprendeu a admirar o governador de Brasília, a cuja liderança se sente vinculado daqui por diante.

Carlos Castello Branco